

EDUCAÇÃO FÍSICA INCLUSIVA SOB A ÓTICA DA NEURODIVERSIDADE ESCOLAR

Bianca dos Reis Gonsalves Pacheco¹
Ravine Carvalho Pessanha Coelho da Silva²

RESUMO: Educação Física é uma modalidade de ensino muito importante para o desenvolvimento humano. Todas as questões voltadas à Educação Física Escolar inclusiva são fundamentais para o processo de ensino e aprendizagem, uma vez que a mesma viabiliza a interação e a participação, além de estreitar os laços afetivos. Os professores atuantes da Educação Física na Educação Inclusiva precisam ser profissionais capazes de intervir quando o preconceito apontar no ambiente escolar, também é imprescindível adaptar e adequar os conteúdos pedagógicos que fazem parte do currículo escolar para melhor atender a todos. Este artigo tem por objetivo refletir sobre a importância da atuação do (a) profissional de educação física, no seu papel de promover a integração social da criança neurodivergente. Como metodologia foi utilizado a revisão bibliográfica da literatura, Foram selecionados artigos entre os anos de 2018 e 2024. Para tanto é importante que o professor conheça a realidade de seus alunos para a educação inclusiva fazer sentido no ambiente educacional.

Palavras-chaves: Profissional de Educação Física. Integração Social. Neurodiversidade. Educação física escolar.

ABSTRACT: Physical Education is a very important teaching modality for human development. All issues related to inclusive School Physical Education are fundamental to the teaching and learning process, as it enables interaction and participation, in addition to strengthening emotional ties. Physical Education teachers in Inclusive Education need to be professionals capable of intervening when prejudice arises in the school environment. It is also essential to adapt and adapt the pedagogical content that is part of the school curriculum to better serve everyone. This article aims to reflect on the importance of the physical education professional's role in promoting the social integration of neurodivergent children. A bibliographical review of the literature was used as a methodology. Articles were selected between the years 2018 and 2024. Therefore, it is important that the teacher knows the reality of their students so that inclusive education makes sense in the educational environment.

Keywords: Physical Education Professional. Social Integration. Neurodiversity. School physical education.

¹ Formada em Licenciatura Educação Física.

² Orientadora, é Doutora e Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPGEDUC/UFRRJ). Possui graduação em Educação Física (Licenciatura) pela UFRRJ e Bacharelado pelo Centro Universitário Augusto Motta (UNISUAM), além de especialização em Supervisão e Administração Escolar. É profissional formada em Ballet Clássico e Sapateado. No âmbito do Ensino Superior, atua como professora universitária e acumula experiência docente na Educação Básica, com passagens pelo Colégio Pedro II e coordenação pedagógica. Como pesquisadora, dedica-se à área de Educação Física Escolar, saúde e comportamento, com forte ênfase no estudo da imagem corporal na adolescência, dança e na adaptação transcultural.

I. INTRODUÇÃO

Em nosso país existem muitas pessoas com algum tipo de deficiência. São mais de 45 milhões de brasileiros que possuem algum tipo de limitações para ver, ouvir, se movimentar ou algum tipo de incapacidade mental. Para se ter uma ideia, se o Brasil tivesse 100 pessoas, aproximadamente 7 delas teriam deficiência motora, 5 teriam deficiência auditiva, 19 teriam deficiência visual e 1 com deficiência mental ou intelectual (IBGE, 2021).

Ao longo da história, diversos grupos sociais, popularmente conhecidos como “minorias”, foram excluídos das práticas sociais e institucionais por não se encaixarem nos padrões socialmente construídos de “normalidade”. Em diversos países, a legislação pátria impôs, a esses indivíduos, restrições educacionais, políticas e arquitetônicas que impediam, de modo proposital, suas participações nas práticas coletivas (Gomes, Barbosa, 2020).

No final do século XX, uma das precursoras na criação de paradigmas pró-valorização das diferenças foi a socióloga australiana Judy Singer, que cunhou a expressão “neuroatípico”. Conforme a autora, neurodiversidade é a compreensão de que condições neurológicas diferentes do “padrão” são variações naturais, ou seja, são parte da diversidade humana e não requerem cura ou tratamentos clínicos invasivos com o objetivo precípua de tornar os indivíduos neurodivergentes “indistinguíveis dos pares” (Souza, 2018). A partir desse entendimento, as diferenças humanas passaram a ser compreendidas, respeitadas e analisadas como categoria social.

Podemos entender por pessoas neuroatípicas: autistas, pessoas com Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), pessoas com altas habilidades/superdotação (AH/SD), dentre outras. Essas pessoas necessitam de adaptações educacionais para serem incluídas e alçarem melhor conhecimento.

Diante dessas necessidades educacionais, o professor tem papel fundamental na educação física inclusiva, visto que ele é o responsável por direcionar seus alunos durante o processo pedagógico, além de criar momentos propícios para a construção do conhecimento. É nessa perspectiva de estar aberto a conhecer o outro, que Freire (1996) diz que o ideal é que durante o período de vivências educativas, professores e alunos possam conviver com o saber a ponto de ele virar sabedoria.

Justifica-se a escolha desse tema, pois é de grande importância abordar o assunto da inclusão, onde é um processo em que tanto a sociedade quanto a escola devem participar para tentar superar e amenizar esse processo de exclusão, como afirma Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008 (Brasil, 2018).

É de grande importância abordar o assunto da inclusão, onde é um processo em que tanto a sociedade quanto a escola devem participar para tentar superar e amenizar as dificuldades encontradas por pessoas neuroatípicas.

O tema contribui para que outras pessoas tenham conhecimento da necessidade de adaptar as aulas de educação física, com fim de ajudar na educação de crianças com necessidades especiais.

A relevância de aulas adaptadas para crianças neuroatípicas e de como aplicar na realidade escolar, contribui para muitos alunos da licenciatura que desconhecem o tema.

2. OBJETIVOS

2.1. Objetivo geral

Refletir sobre a importância da atuação do (a) profissional de educação física, no seu papel de promover a integração social da criança neurodivergente.

3

2.2. Objetivos específicos

- Relatar sobre as leis que garante a educação física inclusiva;
- Mencionar o que é a neurodiversidade;
- Identificar como os profissionais de educação física promovem a integração social.

3. METODOLOGIA

Como metodologia foi utilizado a revisão bibliográfica da literatura, Foram selecionados artigos entre os anos de 2018 e 2024. A busca foi feita nas bases de dados eletrônicos Scientific Electronic Library Online (SciELO), Literatura Latino-

Americana em Ciências da Saúde (LILACS) e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), com os termos “Educação física inclusiva”, “Educação física para neurodivergentes” e “Inclusão escolar”.

A seleção dos estudos foi realizada, então, em seis etapas. Sendo estas: 1ª etapa – busca das publicações de acordo com os termos/descriptores; 2ª etapa – processo de filtragem de textos completos entre o ano de 2018-2024 (com exceção de artigos de grandes educadores como Piaget e Freire), a escolha dos anos foi relevante por conter artigos mais atuais; 3ª etapa – seleção do idioma em português; 4ª etapa – leitura dos títulos e resumos para exclusão dos artigos que não se encaixaram com o objetivo do estudo; 5ª etapa – leitura na íntegra; 6ª etapa – artigos selecionados. As buscas nas bases de dados ocorreram durante o ano de 2024.

Foram incluídos 13 estudos nesta revisão integrativa da literatura. Nas bases de dados com filtro foram encontrados 432 artigos, destes foram excluídos 413 por não atenderem os critérios de inclusão da pesquisa. Sendo estes: artigos com relação direta com os descritores e com informações relevantes acerca do tema, publicados em língua portuguesa e/ou inglês e relacionado com o tema, artigos com disponibilidade na íntegra, publicação entre 2018 e 2024, abordar sobre o perfil das pessoas com deficiência na educação física escolar.

4. RESULTADOS

O meio utilizado para alcançar os objetivos deste trabalho, foi a pesquisa bibliográfica a partir da concepção dos teóricos listados no quadro a seguir, que contribuiriam para o fortalecimento das discussões a respeito da temática em estudo, buscando assim refletir sobre a educação física inclusiva com alunos neurodivergentes.

4

AUTORES / ANO	TÍTULO DO ARTIGO
Maria Aparecida E. Martins Mourão; Maria Verônica A. Silva; Elaine Lima Ferreira; Fernando G. Dos Santos Lima / 2022	Neurodivergentes em sala de aula e os desafios para os educadores no ensino fundamental II
Juliana De Assis Oliveira / 2022	Educação física escolar inclusiva e alunos com transtorno do espectro autista

Helenira Fonseca de Alencar, Heloisa Fonseca Barbosa, Robéria Vieira Barreto Gomes / 2021	Neurodiversidade: Aspectos históricos, Conceituais e impactos Na educação escolar
Luis Eduardo Pina Lima / 2023 Karoline Campos Pereira / 2023	Educação inclusiva e educação especial O papel do professor de educação física na Inclusão de alunos com o transtorno do espectro Autista na escola: uma revisão de literatura
Maria Helena G. de Castro, Rossieli Soares da Silva / 2017	Base nacional comum curricular: Educação é a base
Marcos Weiss Bliacheris, Aline Reis Calvo Hernandez / 2024	O movimento social da neurodiversidade e a consciência política autista
Patrícia do Nascimento Batista / 2024	Inclusão escolar de alunos neurodivergentes: guia prático em Contributo a formação continuada docente
Pedro Henrique P. S. de Almeida, Anna Rachel G. Mazoni, Vagner Miranda Da Conceição / 2023	Aprimorando a participação: estratégias para apoiar alunos com autismo na educação física escolar
Fagner Luis Mendes Jacinto / 2022	As experiências de estudantes com deficiência no ensino Remoto: uma análise da percepção de discentes da Universidade federal de alenas (UNIFAL-MG)
Ariana de Farias Silva / 2022 Cristiana Nascimento Portugal / 2022	Inclusão escolar - uma questão de direito O direito de brincar na educação infantil
Flávia dos Santos Arcas / 2022	Contribuições da psicomotricidade na educação inclusiva

5. DISCUSSÃO

5.1. Leis para inclusão de pessoas com deficiências e neuroatípicas

Ao abordar a educação inclusiva, faz-se necessário, de antemão, identificar em que medida a educação inclusiva é não somente uma conquista, mas uma consequência de uma série de esforços ao longo das décadas. No Brasil, a integração social da pessoa com deficiência possui como base a reação desses indivíduos à segregação histórica que decorreu, em grande parte, da associação entre a deficiência e a incapacidade ou à fraqueza (Gugliano; Mendes; Stein, 2020).

Contudo, as discussões acerca da inclusão das pessoas com deficiência na sociedade são movimentações observadas em diversos países. Deve-se ter em mente que a busca pela inclusão social das pessoas com deficiência é, historicamente, recente. Foi apenas após a Segunda Revolução Industrial que pautas como a reabilitação e o tratamento dessas pessoas surgiram (Gugliano; Mendes; Stein, 2020).

Pontua-se, contudo, que esse fenômeno não se deu ao acaso. Na primeira metade do século XX, a Europa foi palco de duas guerras com enormes proporções. A Segunda Guerra Mundial, em específico, acarretou um “[...] grande número de ex-combatentes que, retornando da guerra, com algum tipo de sequelas, tinham dificuldade em se reinserir na sociedade” (Gugliano; Mendes; Stein, 2020).

Mais à frente, na década de 1970, um marco a nível internacional é a Declaração dos Direitos das Pessoas com deficiência, resolução aprovada em Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas no ano de 1975. De acordo com o documento, as pessoas com deficiência deveriam ter acesso aos serviços de saúde e à integração social (Gugliano; Mendes; Stein, 2020). Ademais, a declaração conceituou a deficiência da seguinte maneira:

A partir desse documento, qualquer indivíduo incapaz de assegurar, por si mesmo, condições devida semelhantes às de outras pessoas, em função de deficiência congênita ou adquirida, que afete as suas atribuições físicas ou mentais, pode ser enquadrado como uma pessoa deficiente (Gugliano; Mendes; Stein, 2020).

Um marco incontestável resultante dessas articulações entre os movimentos sociais e o Estado é a promulgação da Constituição Federal de 1988 (CF/88). O Texto Constitucional apresenta alguns dispositivos voltados para a inclusão das pessoas com deficiência, tais como:

a) Os Artigos 3.º e 5.º, que definem como objetivo da República a promoção do bem-estar social e garantem a igualdade de todos os indivíduos perante a lei.

b) O Art. 7.º, inciso (inc.) XXXI, que proíbe as formas de discriminação com os trabalhadores rurais e urbanos com deficiência.

c) Os Artigos. 23, inc. II e 24, inc. XIV, que versam sobre as competências do poder público no que diz respeito à saúde e assistência de pessoas com deficiência, bem como garantem que é de responsabilidade do Estado a “[...] proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência” (Brasil, 1988, p. 25).

No mesmo sentido, encontra-se a discussão proposta por Silva Neto et al., (2018, p. 86), que se referem à Educação Inclusiva como “[...] uma reestruturação da cultura, da prática e das políticas vivenciadas nas escolas, de modo que estas respondam à diversidade dos alunos”. Trata-se, da perspectiva dos pesquisadores, de uma abordagem humanística e democrática, que considera a subjetividade desses indivíduos para promover a sua inserção social (Silva Neto et al., 2018).

5.2. Inclusão escolar

A inclusão vai além do espaço físico da escola, envolve todos os agentes educacionais e a sociedade. Segundo Cavaco (2018), “Incluir é aceitar, é sentir a educação além do contexto físico do espaço sala ou escola, é, sobretudo, uma forma de estar e de ser dos pais, dos docentes e não docentes, das escolas, da sociedade e do mundo em geral. Isto é inclusão” (Cavaco, 2018, p. 36).

A importância da inclusão educacional destaca a evolução da legislação no sentido de promover um ambiente mais inclusivo, garantindo acesso igualitário à educação para todos os alunos, independentemente de suas diferenças, deficiências ou necessidades específicas. Como mencionado na Declaração Mundial Sobre Educação Para Todos (2018, p. 2), baseada na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), “a educação é um direito fundamental para todos”.

Um aspecto fundamental da inclusão educacional é a compreensão e o apoio aos alunos neurodivergentes. Os professores desempenham um papel central nesse processo, sendo responsáveis por criar um ambiente acolhedor e adaptado às necessidades individuais de cada aluno. Ao compreenderem os desafios enfrentados pelos alunos neurodivergentes e aprenderem a lidar com eles de maneira eficaz, os professores podem promover uma educação mais inclusiva, garantindo que todos tenham a mesma oportunidade de aprender.

Além disso, a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) nº 13.146/15 – Estatuto da Pessoa com Deficiência, baseada na Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2017, p.1), e a Lei nº 12.319/2008, Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI), fortalecem o compromisso do país com a inclusão educacional, estabelecendo diretrizes para a oferta de educação especial em classes comuns do ensino regular. No entanto, é necessário adaptar o ambiente e as práticas pedagógicas para atender às suas necessidades, como ressalta (Silva et al.,(2017).

Logo, apesar das legislações, a implementação da inclusão educacional ainda enfrenta desafios, como a falta de estrutura adequada nas instituições de ensino, a necessidade de formação de professores e a conscientização sobre a importância da inclusão (Silva et al., 2017).

5.3. Neurodiversidade

O termo Neurodiversidade foi cunhado por Judy Singer (2017), socióloga autista australiana, para designar o então nascente movimento de autistas. O conceito nasce imbuído de um posicionamento político acerca da deficiência, que é vista como uma construção social. A autora aponta que a emergência da categoria “diferente neurologicamente” soma-se aos marcadores sociais de classe, raça e gênero, aumentando o alcance da reflexão do Modelo Social de Deficiência (Singer, 2017).

8

A Neurodiversidade considera o autismo como uma expressão natural da diversidade humana, assim como temos diferenças étnicas e de gênero, também temos distintos cérebros, e estruturas cognitivas que levam a uma pluralidade de modos de ser que devem ser aceitos e até mesmo celebrados (Belek, 2019).

Ariana Carnielli define (2021):

Neurodiversidade é a ideia de que diferenças neurológicas como o autismo e o TDAH não são patologias que precisam de cura e sim diferenças naturais, variações possíveis do cérebro humano. A nossa existência é importante e enriquece a sociedade como um todo (Carnielli, 2021).

Conforme Vidal e Ortega (2019), o campo dos estudos da deficiência observa no movimento a crítica “ao discurso de dependência e anormalidade, celebração da diferença e uma afirmação do orgulho” (p. 214) que ultrapassa as pessoas e comunidades vinculadas ao autismo, chegando ao campo das políticas públicas.

Tiago Abreu (2022) destaca o que chama de ambiguidade do termo, que se refere tanto a características individuais como a um movimento político e, baseada na obra de Singer, elenca o que considera como quatro objetivos consensuais do movimento: a modificação do discurso estigmatizante das neurominorias, destacar os elementos positivos das neurodivergências em oposição à percepção baseada em déficits, lutar pela participação das pessoas neurodivergentes na sociedade e demonstrar que a inclusão beneficia a toda sociedade.

Ao falar em neurominorias, evidencia a conexão com o Modelo Social de Deficiência, que aproxima as pessoas com deficiência aos demais grupos minoritários e amplia o alcance do movimento originado na comunidade autista, mas que passa a abranger outras diferenças neurológicas como Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade, Bipolaridade, Deficiências Intelectuais, Transtorno de Estresse Pós-Traumático e Esquizofrenia (Baker, 2021).

5.4. Educação física inclusiva

De acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), é dever da Educação Física nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental preparar o indivíduo para autoconhecer-se, entender sobre seus limites e possibilidades corporais, através de atividades de cunho recreativo, percebendo-se no espaço de maneira dinâmica a medida em que compreende o mundo, seja em atividades mais competitivas ou apenas de participação, visando sua autonomia. Sabendo que esses alunos têm diferentes estilos de vida e diversas experiências pessoais e sociais, o processo requer o reconhecimento das infâncias plurais, destacando a singularidade de cada processo escolar e sua ligação com as características da comunidade local (BNCC, 2018).

Ainda sobre as referências da BNCC (2018), a proposta de Educação Física para anos iniciais diz que é preciso levar em consideração as características individuais dos alunos para se estabelecer um objetivo a ser alcançado no processo, tendo em vista suas particularidades nos mais diversos âmbitos, independente do conteúdo gerado a partir do currículo estabelecido.

A Educação Física como um ambiente de educação do corpo para e pelo movimento (Freire, 1995), é um cenário extremamente rico para o desenvolvimento da Pessoa com Deficiência (PCD) e/ou Transtorno do Espectro Autista (TEA), assim como para a pessoa com Altas Habilidades e Superdotação (AH/SD), tendo em vista que, a atividade física transformou-se em uma das melhores ferramentas para o desenvolvimento humano, não só

pelas possibilidades de movimento, mas também da interação cultural e social que podem ocorrer através dela e de sua ludicidade, o que acordo com Piaget (1998), é a forma como deve acontecer o desenvolvimento da criança.

Em outra perspectiva, o planejamento é um importante aliado do professor para desenvolver práticas que favoreça o desenvolvimento do aluno neuroatípico, bem como dos alunos ditos normais. Neste momento, o professor incorpora aspectos que transcendam o conhecimento técnico-científico para o teórico-prático. Como por exemplo, compreender a preservação da rotina, visto que para o neuroatípico, a quebra da rotina pode significar um momento altamente estressante podendo gerar crises difíceis de controlar (Williams; Wright, 2020).

Para Pereira et al., (2019), o processo de inclusão exige tempo e paciência e requer modificações e adaptações no atendimento a estes alunos, de forma a adaptar as aulas com soluções e mediações para as dificuldades encontradas, de acordo com as limitações e peculiaridades de cada aluno.

Assim, a escola junto a disciplina de Educação Física cumprem o seu papel de agente integrador de todos os representantes da sociedade possibilitando a este aluno autista a oportunidade de se reconhecer como membro ativo da sociedade e para além do desenvolvimento de suas habilidades motoras e consciência corporal, este aluno se vê como um cidadão capaz de interagir com o meio, dentro e suas limitações e possibilidades (Belisário Júnior; Cunha, 2017).

Em relação a interação das atividades em grupo, Proença e Santos (2020), afirma que a inclusão é um processo que traz benefícios tanto para o aluno neuroatípicos, quanto para os demais alunos considerados típicos, pois todos têm de lidar com situações diferentes de suas rotinas habituais e dessa forma os alunos, através das aulas de educação física, desenvolvem a conscientização e aprendem a exercer a aceitação e aprender a conviver com as diferenças, que são marcos importantes no desenvolvimento social de todos os alunos.

Embora as crianças neuroatípicas não estejam alheias a situações de estresse e manifestação de raiva como qualquer outra criança considerada típica, é relevante que no ambiente escolar suas emoções sejam tratadas com atenção e observação ao ambiente em que está inserida, uma vez que o processo de inclusão exige tempo e paciência e requer modificações

e adaptações que favoreçam o desenvolvimento desses alunos, bem como a interação satisfatória entre toda a turma (Pereira et al., 2019).

No entanto, é relevante destacar que o comportamento agressivo não se destaca como uma característica ou embasa o critério diagnóstico para neuroatípicos. O que ocorre é que diante de determinada situação esses indivíduos expressam comportamentos agressivos quando se depara com dificuldade de comunicar determinada insatisfação ou necessidade. Nesse contexto, é relevante que o professor analise de forma contextual e cuidadosa todos os fatores envolvidos no ambiente em que o comportamento ocorreu mediando a situação com paciência e discernimento para que nenhum aluno seja prejudicado (Camargo et al., 2020).

6. CONCLUSÃO

Conclui-se que a educação física escolar muito tem a contribuir neste processo de inclusão, através de suas práticas, rompendo as barreiras do preconceito, promovendo a integração e oportunizando o acesso à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer e acima de tudo à atividade física. Para tanto, é fundamental que a comunidade escolar esteja convencida do importante papel da educação física nesse processo, para que, ao desenvolver o projeto político-pedagógico da escola ela seja parte do compromisso que toda a escola está assumindo. Dentro desse contexto, o professor de educação física tem que acreditar na inclusão, acreditar que é peça fundamental no processo e ser o defensor dessa proposta que momentaneamente parece caminhar a passos bem lentos em grande parte do nosso país.

Ainda existem barreiras persistem no âmbito educacional para alunos neurodivergentes, pela falta de estrutura e recursos escassos na escola. Entre as dificuldades encontra-se a não adaptação curricular, por despreparo de professores em não ter formação continuada para atender suas necessidades específicas. Acarretando métodos das práticas pedagógicas inadequados às suas especificidades.

Por outro lado, encontram-se professores que também enfrentam grandes desafios como: escassez de recursos, superlotação das salas de aula, falta de um auxiliar especializado de apoio em sala de aula, a falta de formação continuada, pela falta de conhecimento das especificidades dos alunos neurodivergentes ao lidar com esse público, sobrecarga de trabalho, a falta de apoio familiar, além da não efetivação das políticas públicas que garantem uma educação inclusiva e de qualidade de ensino.

REFÊNCIAS

ABREU, T. O que é neurodiversidade? [eBook Kindle]. Câne Editorial. 2022.

BAKER, D. L. The Politics of Neurodiversity: Why public policy matters. Rienner. 2021.

BELEK, B. Autism. Cambridge Encyclopedia of Anthropology. 2019. Disponível em: <https://www.anthroencyclopedia.com/entry/autism>. Acesso em: 02/11/2024.

BELISÁRIO FILHO, J.F.; CUNHA, P. A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar – Transtornos Globais do Desenvolvimento. Ministério da Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, v. 9, 2017. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=7120-fasciculo-9-pdf&category_slug=novembro-2010-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 06/11/2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, compilado até a Emenda Constitucional n.º 105/2019. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2020. 397 p. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/566968/CF88_EC105_livro.pdf. Acesso em: 10/10/2024.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, 2017.

CAMARGO, S.P.H.C. et al., Desafios no processo de escolarização de crianças com autismo no contexto inclusivo: diretrizes para formação continuada na perspectiva dos professores. Educação em Revista|Belo Horizonte|v.36|e214220|2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/6vvZKMSMczy9w5fDqfN65hd/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 06/11/2024.

CARNIELLI, A. ANAFE ENTREVISTA: Dia Mundial de Conscientização do Autismo é abordado em entrevista especial. Entrevistador: Marcos Weiss Bliacheris. 2021. Disponível em: <https://anafenacional.org.br/anafe-entrevista-dia-mundial-de-conscientizacao-do-autismo-e-abordado-em-entrevista-especial>. Acesso em: 02/11/2024.

CAVACO, N. Minha criança é diferente? Diagnóstico, prevenção e estratégia de intervenção e inclusão das crianças autistas e com necessidades educacionais especiais. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2018.

FREIRE, P. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. 13. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GOMES, R. V. B; BARBOSA, H. F. Inclusão escolar de alunos com deficiência: consensos e dissensos acerca do direito à educação. In: Eduardo Gomes Onofre; 2020.

GUGLIANO, A. A.; MENDES, T. Z.; DE QUEIROZ STEIN, G. Políticas públicas edireitos das pessoas com deficiência no Brasil (1988-2016). Campos Neutrais-Revista Latino-Americana de Relações Internacionais, v. 2, n.1, p. 9-23, 2020. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/cn/article/view/11559/7810>. Acesso em: 10/10/2024.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pessoas com deficiência. [S. l.], 2021. Disponível em: <https://cnae.ibge.gov.br/en/component/content/article/95-7a12/7a12-vamos-conhecer-o-brasil/nosso-povo/16066-pessoas-com-deficiencia.html>. Acesso em: 10/04/2024.

PEREIRA, S.A. et al., Educação física escolar para crianças com transtorno do espectro autista: contribuições para professores(as) de educação física. Revista Saber Acadêmico, Presidente Prudente, n. 28, p. 2-15, jul./dez. 2019. Disponível em: https://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20200904093818.pdf. Acesso em: 08/11/2024.

PIAGET, J. A. Psicomotricidade da criança. EP. Rio de Janeiro: Bertrond, 1998.

PROENÇA, H. D.M.; SANTOS, M.S. Educação física, TEA e inclusão escolar: percepção dos alunos do último ano de licenciatura em educação física da fait sobre o tema. Revista científica eletrônica de ciências aplicadas da FAIT. v. 16 n. 2. Novembro, 2020. Disponível em: http://fait.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/kmgU9qtt6iLVXua_2021-2-2-15-59-55.pdf. Acesso em: 06/11/2024.

SILVA NETO, A. DE O., ÁVILA, ÉVERTON G., SALES, T. R. R., AMORIM, S. S.,

NUNES, A. K. F., & SANTOS, V. M. Educação inclusiva: uma escola para todos.

Revista Educação Especial, 31(60), 81-92. 2018.

SILVA, G. N.; SANTOS, A. O.; OLIVEIRA, C. R.; OLIVEIRA, G. S. Uma abordagem sobre as dificuldades de aprendizagem em Matemática e a discalculia do desenvolvimento. VIII Congresso Nacional de Educação EDUCERE, 2017.

SINGER, J. Neurodiversity: The birth of an idea (2a ed., rev.). [eBook Kindle]. Author. 2017.

SOUZA, B. Autismo e vida em comunidade. Associação Brasileira para Ação por Direitos das Pessoas Autistas. 2018. Disponível em: Autistas e a vida em comunidade | Opinião | Beatriz Souza – Abraça (abraca.net.br). Acesso em: 10 de abril de 2024.

VIDAL, F., & ORTEGA, F. Somos nosso cérebro: neurociências, subjetividade, cultura. n-1 Edições. 2019.

WILLIAMS, C., WRIGHT, B. Convivendo com o autismo e síndrome de Asperger: estratégias para pais e profissionais. São Paulo: M. Books do Brasil, 2018.